

# CATADORES DE LIXO: ESTEREÓTIPOS SOCIAIS SOBRE SUA ATIVIDADE E RELAÇÃO COM A ESCOLA - UM ESTUDO DE CASO

Renata Brañas Suman\*

**Resumo:** O cotidiano e a realidade dos catadores de lixo e moradores de rua são pouco conhecidos dos educadores, os quais, de maneira geral, têm uma visão restrita da situação dos primeiros. Essa pesquisa procurou trazer a rotina dos catadores de lixo e dos moradores de rua, com o objetivo de proporcionar aos profissionais da educação uma visão abrangente sobre o objeto da pesquisa. Isso poderá auxiliá-los a trabalhar melhor alguns temas, como o preconceito, a exclusão, a reciclagem e outros que fazem parte do universo desses indivíduos. Realizada no Vale do Paraíba, a pesquisa verificou a educação formal, a inserção no mercado de trabalho, a rotina do trabalho de catação, a relação com a polícia, a presença de atividades ilícitas no grupo, a relação com a comunidade e com a família. Analisou, ainda, o conceito que eles têm de si e o que acham que os outros têm deles. Foram estudadas, também, as idéias que a classe média tem dos catadores e moradores de rua.

**Palavras-chave:** Catadores de lixo. Exclusão social. Moradores de rua.

## A pesquisa com catadores

Os dados da pesquisa foram obtidos entre os anos de 2003 e 2004 por meio de entrevistas informais, sempre gravadas, de aproximadamente uma hora e quarenta e cinco minutos, durante almoços ou cafés da manhã, em locais públicos, com dez catadores de lixo. Dentre estes oito eram moradores de rua, quando o objetivo da pesquisa era exposto e os entrevistados falavam livremente, além de responder a perguntas específicas. A abordagem deu-se na rua e algumas observações foram feitas durante a entrega de sopa a pessoas carentes, realizada por grupos de voluntários.

Para detectar a visão que os integrantes de outras classes sociais têm sobre os catadores, foram efetuadas entrevistas semi-estruturadas, sempre gravadas com dois grupos, um dos quais composto por dez pessoas que exerciam trabalhos manuais de baixa remuneração (como faxina, jardinagem, balconista entre outros) e o outro por dez indivíduos que exerciam funções intelectuais com remuneração mais elevada que o primeiro grupo (professores de escolas particulares, professores universitários, mestrandos em educação, pilotos, psicólogos entre outros). Assim, visou-se chegar às diferentes concepções que diferentes setores sociais possam ter sobre a atividade dos catadores de lixo e sobre os próprios catadores de lixo.

---

\* Mestre em Educação pela Universidade Metodista de São Paulo – Rua H22A, 117- São José dos Campos – (12) 39416506 – [rsuman@directnet.com.br](mailto:rsuman@directnet.com.br)

Devido ao grande número de catadores de lixo que são moradores de rua, dados referentes a estes foram também levantados.

## **Os catadores e os moradores de rua**

Muitos catadores são também moradores de rua, sendo vistos como mendigos, bandidos e bêbados. Em se tratando de populações marginais, os catadores e os moradores de rua, independentemente de exercerem essa função ou não, acabam se encontrando, ou por viverem na rua, ou por conhecerem e conviverem com moradores de rua.

Diversos catadores de lixo e moradores de rua têm escolaridade dentro da média do país e já trabalharam com carteira assinada; esses fatores demonstram que estão vivendo em uma condição imposta pela crise, pela falta de emprego e por baixa remuneração, que não possibilitam uma vida com o mínimo de dignidade. São pessoas que não conseguiram se incluir no mercado de trabalho, mesmo com escolaridade dentro da média brasileira e com profissões definidas. Não havendo vaga para todos, o estudo e a habilidade para exercer alguma função de pouco adiantam.

Há pessoas experientes em determinadas profissões, com escolaridade, sadias e que, apesar da presença de ladrões e usuários de drogas, mantêm seus valores.

(...) É duro quando chove, esses dia eu durmi duas noite molhado. Quê futuro dá isso aí ? Eu quando tenho um dinherinho, sento num bar e tomo uma cerveja. Cerveja e pinga, no tempo frio é muito bom, te esquenta. Chego e peço 3, já pago 3, porque se eu for embora bêbo, já tá pago. Quando me chamam prá fazê coisa errada, num vô de jeito nenhum, prefiro comê do lixo, mendigá. (Paulo)

Apesar de ser comum encontrar pessoas embriagadas, alguns se referem ao frio como razão de sua bebedeira; outros, dizem que é para esquecer dos problemas e existem ainda os que admitem o vício. Nem todos são bêbados. O alcoolismo não é privilégio dessas pessoas e tampouco é regra em seu meio.

Relatos mostram que as atitudes da prefeitura e dos comerciantes confirmam a visão de que essas pessoas são a escória que precisa ser varrida para debaixo do tapete. Os comerciantes lavam a frente das lojas com creolina e a prefeitura do Rio criou a “Operação Cata-Tralha”, que recolhe objetos pessoais e remédios dos moradores de rua, bate neles, recolhe suas coisas e os expulsa. “É uma população que muitos gostariam que fosse invisível, mas que aumenta a olhos vistos como reflexo da pobreza do País”, diz o psicólogo Xavier Tislair (MIRANDA, 2002, p. ?).

O tempo entre a exclusão e a re-inclusão está se transformando num modo de vida. Esse período deixa de ser transitório para se tornar permanente. A sociedade paralela criada nessa situação é includente do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social, moral e

político (MARTINS, 1997, p. 33). A alta taxa de desemprego, aliada a fatores como idade e desatualização, entre outros, faz com que as chances de retorno ao mercado de trabalho formal diminuam e, conseqüentemente, aumente o tempo de permanência no mercado informal.

Muitos catadores, embora exerçam um ofício moralmente degradante, optam pelo mercado informal e acabam vivendo nessa situação em que, mesmo recebendo mais que trabalhadores do mercado formal e, portanto, tornando-se economicamente participantes, mantêm-se excluídos da cultura, educação, saúde e política, entre outros.

Com o acelerado crescimento das demandas sociais absorvidas apenas parcial e simbolicamente pelo Estado, são reforçadas as marcas de uma exclusão econômica, social e política, configurando uma forma de inserção dessa população, abandonada a uma cidadania abstrata, por vezes invisível. Essa exclusão retrata uma história de vida, que se inicia em situações caracterizadas não só pelo não-acesso, como por um crescente processo de desqualificação e expulsão, pela qual a parcela majoritária da população é distanciada cada vez mais dos padrões mínimos para sua sobrevivência e constituição enquanto sujeito político (JUNCÁ, 1996, p. 109).

O Estado, quando não desempenha o seu papel de instituidor e mantenedor da lei e da ordem, mostra-se ausente. Como conseqüência, a falta de normatização das relações na reciclagem pode levar à prevalência de situações de clandestinidade, fato esse verificado quando os carrinheiros não contam com o amparo efetivo da legislação que regula a atuação de empregados e autônomos (CALDERONI, 2003, p. 72).

Os catadores, em sua função, sobrevivem a uma situação de desemprego ou subemprego, atuando ativamente na economia com toneladas de material reciclável, participando economicamente na indústria da reciclagem. Contudo, apesar de importantes no mercado, são ignorados socialmente e desprovidos de seus direitos, já que a catação não se configura como trabalho reconhecido, impossibilitando, assim, o exercício da cidadania.

Dados levantados na cidade de São Paulo, na tese de Calderoni (2003), ilustram a importância econômica da função de catador na subsistência de diversas pessoas. Na análise feita por ele, constatou-se que a massa de remuneração era de R\$ 43 milhões, com 12 mil postos de trabalho e uma possibilidade de chegar a R\$ 100 milhões, com 28 mil postos (CALDERONI, 2003, p. 299).

O diário da ex-catadora Carolina Maria de Jesus (2001), editado em forma de livro sob o título “Quarto de Despejo”, relata a vergonha de viver do lixo, do resto da sociedade, daquilo que para os outros não tem função alguma. É um material sujo, contaminado e com mau cheiro, que termina influenciando a imagem do catador, que, por mexer com esse material, acaba sendo associado a essa imagem. Isso termina dominando todos os aspectos do indivíduo, gerando,

assim, uma idéia bastante degradante por parte dos que apenas observam essas pessoas (JESUS, 2001).

“É na negatividade que o trabalho de coleta e venda de materiais recicláveis tem um tipo de visibilidade, de percepção social...” (DIAS, 2002, p. 89).

Embora a atividade de catador gere sustento para diversas famílias, como constatado no trabalho de Calderoni (2003), trata-se também de uma atividade socialmente desinteressante, que, associada à imagem do lixo, da sujeira e de materiais que despertam nojo, tem como seus executores representantes do que a sociedade não quer mais, de cuja existência não deseja se lembrar, pois são também associados ao material do qual sobrevivem.

Evidenciando a importância e o esforço exigido no trabalho de catadores, Calderoni (2003) constata que a carga máxima que um carrinheiro tria na calçada e carrega em duas viagens, usualmente uma pela manhã e outra à tarde, é de 400 kg, conseguindo ganhar com isto de R\$ 200 a R\$ 400 por mês (p. 169).

Em “Quarto de Despejo”, a autora declara mentir, quando questionada, sobre a possibilidade de se alimentar do lixo. Por vergonha, ela e outras negavam comer carne, lingüiça, legumes e outros materiais encontrados durante as atividades de coleta. Na cidade onde a pesquisa foi realizada a necessidade de comer do lixo é inexistente devido ao grande número de grupos voluntários que entregam comida na rua, no entanto, quando questionados, alguns catadores pareceram constrangidos e admitiram que se fosse necessário comeriam do lixo. Sabendo que eles já estiveram em diversas cidades, chegando a percorrer a pé cerca de 300 km, parece possível que já tenham precisado se utilizar desse artifício para obter comida.

Os catadores acreditam serem vistos pela população sob a marca da invisibilidade. Algumas causas dessa imagem podem ser a não percepção dos catadores como integrantes do ciclo produtivo de reciclagem, a inalterável desqualificação dos mesmos e do trabalho que exercem e a imagem de não trabalhadores que a sociedade deles tem. Na visão que os catadores têm de si mesmos, em que se identificam como trabalhadores, percebe-se a forte tentativa de criar uma visibilidade do trabalho exercido utilizando as vantagens e desvantagens da catação (DIAS, 2002, p. 94). Nas entrevistas, os catadores sempre enfatizavam o esforço necessário, o número de horas e seu conhecimento acerca do material reciclável como forma de se valorizarem.

Vários entrevistados apresentaram histórias de envolvimento com drogas, furtos, tráfico, alcoolismo. Esses fatores, por vezes, foram os responsáveis pelo distanciamento destes indivíduos de suas famílias e empregos.

Quando pedi para fotografar Severino, um catador, o mesmo começou logo a conversar e se queixou, dizendo: “Estou muito velho para arranjar emprego e muito novo para pedir esmola”.

Essa frase mostrou que algumas pessoas ficam perdidas num limbo, não conseguindo se inserir no mercado de trabalho por causa da idade, ainda que tenham estudo e profissão. Ele relatou que não gosta de pedir esmola ou comida porque alguns o chamam de vagabundo e o mandam trabalhar.

Muitas dessas pessoas não possuem documentos, o que impossibilita o retorno ao mercado formal. Nos relatos, alguns dizem não possuírem os documentos por terem sido roubados ou, ainda, por simplesmente os terem perdidos. Há os que alegaram até que policiais jogaram fora seus documentos, apenas por diversão, mostrando a falta de preparo destes para lidar com o poder que lhes é concedido: “Documento eu só tenho o RG. Uns polícia jogô meus documento no buero. O RG eu tinha dexado num centro de triage com as muié, que ia me ajudá.” (Paulo).

Os dados coletados nas entrevistas e nas conversas informais, que passaram a acontecer periodicamente na entrega do “sopão” ou em encontros casuais na rua, confirmam a descrição de Giorgetti (2004). Segundo a pesquisadora, vários moradores de rua foram ou são alcoólatras e, embora alguns tenham se recuperado da doença, a reinserção após anos fora do mercado e longe da família é quase inviável, já que não possuem endereço para colocar nas fichas de emprego e a família, após sua saída, já se reestruturou. Sejam ex-presidiários, drogados ou ex-drogados, alcoólatras ou ex-alcoólatras, são pessoas que, por diferentes razões, em algum momento não cumpriram as regras sociais, sendo, assim, excluídas pela família e pela sociedade. Ainda que recuperados de seus vícios ou de suas doenças, esses indivíduos encontram muita dificuldade em voltar a fazer parte da sociedade com suas regras.

Atualmente, podem ser encontrados exercendo a função de catadores e vivendo na rua, indivíduos com escolaridade acima da média nacional. Integrantes de um grupo de voluntários dedicados à entrega de sopa a pessoas carentes relataram ter encontrado engenheiros, administradores e, durante uma das entregas, pude encontrar um morador de rua que conversava com tranquilidade em inglês e francês.

Ainda que excluídos e sem acesso a confortos que suprem necessidades básicas, como banheiro, água filtrada e tanque de lavar roupas, eles conseguem manter valores trazidos da época em que viviam com suas famílias e pertenciam a outra classe.

Existem, no meio em que essas pessoas sobrevivem, indivíduos que estão se escondendo da polícia, que usam essa situação como disfarce para o tráfico de drogas e para assaltar. “Tem pessoa que parece que tá catano papel, mas não tá, é pra podê vendê as coisa.” (Carlos Roberto).

A polícia agride a população excluída, os comerciantes os expulsam da frente de suas lojas e a prefeitura se limita a oferecer vagas em albergues, onde os moradores de rua e os catadores têm suas coisas furtadas. O desejo dos moradores de rua e catadores de lixo é voltar ao

mercado formal, ter carteira assinada e segurança de um salário no final do mês. Querem ter uma casa para onde voltar, tomar banho e, acima de tudo, ter uma família.

“Mineiro” confirma a agressividade da polícia: “Você sabe, né? Tem muitos PM que faz pilantragem, né? Eles traz no bolso e põe nas coisas. Eu já fui forjado em SP uma vez.”.

É difícil que alguém de outra classe admita o medo, sempre diz que não tem e depois passa a dar explicações que evidenciam que não consegue ser completamente sincero devido à pressão social para não ser preconceituoso.

### **População marginalizada**

(...) A marginalidade é um mito, e também a descrição de uma realidade social. Na qualidade de mito, serve de fundamento para crenças pessoais e interesses da sociedade; suas profundas raízes no espírito dos indivíduos não se deixarão abalar por qualquer análise teórica (PERLMAN, 2002, p. 285).

O mito é compartilhado por todos, não é nunca desafiado, e é um plano de ação pronto, disponível em quaisquer circunstâncias; por implicação, o mito é também histórico, resultado de uma criação coletiva a que a sociedade, não conscientemente, dá forma. Finalmente, o mito como tal não se relativiza: trata-se de um estereótipo não falado, que determina comportamentos a todo momento, expressando-se a si próprio através de costumes e hábitos que contribuem para reforçá-lo, podendo ser descoberto apenas por um observador externo. O mito é um mapa para a ação que dispensa reflexões. É suficiente que ele seja uma crença compartilhada. Nós agimos como agimos porque não conseguimos imaginar-nos atuando de outra forma. A primeira causa não tem causa (GILBERT RIST, 1990, p. 11 apud CAVALCANTI, 2003, p.?).

Para que exista uma real mudança nos conceitos preexistentes em relação à população marginal, alguma experiência que afete o indivíduo é necessária. Conhecer, conversar e ouvir essas pessoas contribui para desmistificar várias idéias preconceituosas já inculcadas.

A palavra marginal, que se refere a indivíduos que estão à margem, ou seja, que não participam da sociedade, da economia, da saúde, apresenta várias definições, desde as que se preocupam com a origem e definição corretas do termo, objetivando a descrição de uma realidade, até as mais rudes e preconceituosas, que costumam ligar o termo somente à criminalidade e aos que estão à margem da lei. “Um *marginal*, ou um *elemento marginal* significa um vagabundo indolente e perigoso, em geral ligado ao submundo do crime, da violência, das drogas e da prostituição.” (PERLMAN, 2002, p. 124).

O habitat do indivíduo contribui também para fazer seu hábito e vice-versa. Um habitat pode ser ocupado fisicamente sem que seja habitado realmente, se não se dispõe de um hábito que permita habitá-lo. A ocupação legítima de um local supõe as propriedades que se adquirem pela ocupação prolongada desse lugar e a frequência deste por seus habitantes legítimos. O capital social de relações ou ligações (por vezes de amigos de infância ou adolescência) ou de

todos os aspectos do capital cultural e lingüístico, são exemplificados pelo sotaque e os modos corporais. Esses traços dão peso ao lugar do nascimento e, com menos importância, ao lugar de residência. Os que penetram um espaço encontram condições que devem ser cumpridas por seus ocupantes. A falta de posse de um determinado capital cultural pode inviabilizar a apropriação real dos bens ditos públicos ou mesmo a intenção de se apropriar deles (BOURDIEU, 1997, p. 165).

O Brasil apresenta uma das mais altas taxas de crescimento urbano da América Latina e, possivelmente, do Terceiro Mundo. Assim, a população brasileira tem sido predominantemente urbana. Na década de 60, a migração era de um para cada cinco brasileiros se dirigindo para áreas urbanas. Segundo dados do IBGE, entre 1970 e 1980 a população urbana era de 27.170.000, enquanto a rural era de 1.604.000 (PERLMAN, 2002, p. 31).

(...) A cidade era representada como um sistema baseado na ecologia em que uma luta darwinista constante sobre a utilização da terra produziu um fluxo e redistribuição contínua da população urbana. Isto não foi tão evidente quanto na “zona em transição”, uma área adjacente à zona central de negócios, que foi desde uma zona residencial cobiçada a uma área arruinada caracterizada pelas rendas baixas, atividades e negócios marginais (HANNIGAN, 1995, p. 27).

Como exemplo no Brasil, citam-se bairros como São Cristóvão no Rio de Janeiro, que foi um dia um bairro nobre e que hoje abriga pessoas de baixa renda e uma área de prostituição próxima ao Museu Nacional.

A migração rumo às cidades provocou o aparecimento de conjuntos habitacionais pobres e primitivos, muito freqüentemente localizados às margens dessas. Devido à sua localização, esses locais passaram a ser conhecidos como “bairros marginais”, tendo, aqui, a expressão uma conotação físico-espacial. A tentativa de eliminar o problema, a princípio tratado como ecológico, construindo-se vilas populares, mostrou-se ineficiente e os conjuntos habitacionais passaram a ocupar também áreas decadentes do centro, mostrando que não se tratava de um problema ecológico apenas, mas de um problema relacionado ao processo global de desenvolvimento de um país. Constatou-se que não só as moradias eram deficientes, mas que essa população tinha também dificuldades com as condições sócio-econômicas e culturais em que vivia, como más condições sanitárias, baixa renda, baixo nível de educação, baixa qualificação profissional, subemprego, desemprego, desorganização familiar, falta de participação social, entre outros. Esses aspectos fizeram com que a visão puramente ecológica fosse substituída por outra, que considerava a situação de vida dessas populações (SCHNEIDER, 1987).

Uma fração da migração ocorre de uma área rural para outra, devido à produção de produtos para exportação ou para a indústria nacional. Outra, por sua vez, vai em direção às

idades, procurando aproveitar as chances criadas pela expansão industrial. Dessa maneira, o indivíduo que se dirige a uma lavoura pode, mais tarde procurar emprego em uma pequena cidade, indo depois para uma metrópole. Já outros saem direto da área rural para se tornar um trabalhador industrial em uma grande cidade (DURHAN, 1978, p. 34).

No Brasil a migração é, em sua maior parte, resultado do êxodo rural, que aumentou depois de 1930 e chegou a seu máximo na década de 1950. As pessoas que migraram não conseguiam mais ter trabalho certo no campo, assim como as condições básicas para sobrevivência, já que haviam perdido a propriedade (SANTOS, 1997, p. 30). Ainda segundo a autora, o aumento nos investimentos, com conseqüente “mecanização/modernização”, proporciona maior produção sem a necessidade de mais mão-de-obra. Em conseqüência, o trabalhador rural vai às cidades a procura de trabalho “urbano-industrial”. O resultado é conhecido, já que não há colocação para todos no mercado de trabalho (p. 31).

Quando não são mais necessários devido à modernização do plantio e da colheita, esses trabalhadores têm como opção migrar para cidades maiores à procura de um trabalho que lhes permita a subsistência. Essas mudanças também podem ocorrer na entressafra, quando os conhecidos bóias-frias ficam sem emprego.

Expulsos do campo devido ao colapso nos meios de subsistência e conseqüente desagregação da sociedade rural devido à industrialização, a adequação dos trabalhadores migrantes rurais não denota somente urbanização, mas uma faceta da mudança do sistema sócio-econômico que atua na cidade e no campo (DURHAN, 1978, p. 39-40).

(...) Do *habitat* passa-se para a maneira de viver e para uma situação de vida. Baixo nível de renda e educação, subemprego e desemprego, desorganização familiar, anomia, falta de participação social foram, entre muitos outros traços, associados a estes grupos (KOWARICK, 1981, p. 13).

A imagem de “poder, autoridade e saber”, que as grandes cidades transmitem aos camponeses e aos caboclos, atrai o imigrante. Ele traz idéia de que o universo urbano tem mais valor que o rural (DURHAN, 1978, p. 139). Não é difícil verificar essa imagem da grande cidade nos habitantes do interior. Os jovens sempre pensam em ir para as metrópoles, e a curiosidade sobre cidades como São Paulo é comum.

É preciso analisar como uma população está organizada politicamente, além de seu acesso a bens e serviços, numa conjuntura sócio-ambiental ampla. Devem ser consideradas as condições de moradia, alimentação, salários, lazer, relações com a vizinhança, entre outros fatores, para compreender como é a qualidade de vida de uma população, no conjunto em que está estabelecida. A avaliação muito mais abarcante, em que devem ser considerados aspectos como o acesso aos bens de cidadania, se faz necessária para a compreensão da real condição dessa população (BARBOSA apud HOGAN; VIEIRA, 1992, p. 193).



(...) Ainda que existam elementos comuns à sensação de exclusão e à exclusão efetiva – podendo envolver introdução de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, redefinição do papel do Estado e relações de trabalho mais precárias –, a existência nos países mais ricos de mecanismos públicos de bem-estar social faz que o conceito de exclusão relevante para eles possa ser, em alguma medida, descolado daquele de pobreza; o que não me parece pertinente no caso dos países nos quais os cidadãos não dispõem dessa rede de proteção (DUPAS, 1999, p. 23).

No Brasil não há como separar a “exclusão econômica” da exclusão social. A falta de apoio, seja por falta de estrutura ou de interesse do Estado, deixa as pessoas excluídas à própria mercê, sendo por vezes ajudadas por entidades, voluntários, ONGs, entre outros, que assumem o papel do auxílio social.

As políticas para as populações marginais limitaram-se, no início, à construção de moradias, sem que fossem considerados todos os fatores que influenciam a existência dessa população. Ainda hoje é possível observar projetos de desfavelização, em que são construídos pequenos prédios ou casas populares para os moradores das favelas, melhorando, assim, a vista dos passantes. Embora válidas, não são de maneira alguma soluções definitivas, já que a manutenção desses locais demanda despesas que, muitas vezes, não podem ser arcadas pelas famílias, pois estas continuam em subempregos ou desempregadas, com baixa escolarização e poucas chances de, mesmo num país em que a ascensão social seja possível, conseguir alguma mudança significativa. Com um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e com a tendência a uma escolarização mais elevada de um número maior de pessoas, as chances de esses indivíduos melhorarem suas condições de vida sem ajuda externa tornam-se cada vez menores.

A falta de consideração pelos fatores que interferem na vida das pessoas que vivem em conjuntos criados pelo governo é confirmada em uma reportagem escrita pelo jornalista Ricardo Miranda, da revista ISTO É. O conjunto habitacional Nova Sepetiba, localizado na zona oeste (área pobre da cidade do Rio de Janeiro), que foi criado para atender ao trabalhador que mora longe, não alcançou o resultado esperado, já que, ficando a duas horas do centro, onde trabalha grande parte dessa população, o projeto mantém inalterada a situação dos indivíduos que dormem nas ruas para ficarem próximos a seu trabalho. Maria Juraci, diretora da Fundação Leão XIII, que, ligada ao Estado, administra abrigos e albergues em número insuficiente para atender aos necessitados, afirma: “São trabalhadores sem o direito de ir-e-vir por falta de dinheiro” (MIRANDA, 2002).

A tentativa, por parte do município, de modificar a situação da população migrante que vivia nas periferias, com a construção de conjuntos habitacionais, revelou que, ou faltava uma visão total do problema ou havia uma vontade de apenas mascarar a situação, a fim de mostrar alguma atitude, sem haver uma preocupação em realmente proporcionar melhorias na vida

desses indivíduos. Não considerar a distância da periferia ao centro, local este onde boa parte dos indivíduos trabalha, não proporcionar transporte eficiente, hospitais, entre outras necessidades da comunidade, demonstram a falta de comprometimento com essa população.

Em cidades que oferecem a esperança de obtenção de emprego, além de migrantes encontram-se também moradores de periferia que, expulsos pelo desemprego, não podendo pagar aluguel, transporte, gás, vão para as ruas exercer atividades do mercado informal que lhes possibilitam obter um mínimo necessário à sobrevivência. A metrópole não teve o desenvolvimento necessário para suprir as demandas que o aumento no número de habitantes gerou, além da já comentada falta de infra-estrutura nos bairros para onde estes indivíduos se dirigiram.

O número de pessoas que procuraram a cidade para melhorar de vida foi maior do que o número de vagas disponíveis nas áreas do mercado de trabalho, para as quais eles tinham qualificação.

A industrialização não acompanha a veloz migração em direção à área urbana, o que faz com que, possivelmente, nenhuma das grandes cidades, nos países em desenvolvimento, gere serviços urbanos, infra-estrutura, acomodações, capacidade administrativa e empregos que atendam a essa população migrante (PERLMAN, 2002, p. 32). A tecnologia que dispensa novas contratações também contribui para essa dificuldade em absorver esses indivíduos no mercado de trabalho (FURTADO apud PERLMAN, 2002, p. 33).

Maquinários que fazem a função de vários trabalhadores diminuem a necessidade de contratação, contribuindo para o aumento do desemprego, já que possibilitam o aumento da produção, sem os encargos que representamos direitos trabalhistas. Com a existência dos vários turnos e sem o envolvimento com sindicatos, torna-se mais interessante ao industrial aumentar a produção e diminuir os custos, possibilitando, dessa maneira, o aumento dos lucros.

A migração do interior em direção às cidades foi vista como uma praga pelos moradores, já que interferia na homogeneidade de classes existentes nessas. O possível foi feito para impedir a instalação das favelas, mas a incapacidade do mercado de absorver a força de trabalho desses indivíduos produzia uma massa de desempregados, reforçando a ameaça de colapso social e político. A forma de lidar com essas massas foi a de tentar “integrá-las” ao sistema, o mesmo que produz a situação social e econômica dita “marginal” (PERLMAN, 2002, p. 124).

Classificando os grupos marginais em duas grandes categorias, encontram-se os que estão integrados nas estruturas sociais e são atuantes nas instituições da sociedade e aqueles não-integrados, que não são beneficiados material ou culturalmente e não participam das decisões das instituições sociais. Essa classificação supõe uma estrutura social constante, na qual os indivíduos têm que ser modificados para se integrarem.

A questão da marginalidade não se encontra na natureza própria da sociedade, mas sim nos sujeitos que malogram nela, fazendo com que a situação seja simplificada a uma adaptação / inadaptção a uma estrutura social (SCHNEIDER, 1987, p. 28).

Essa definição traz a idéia de que a população marginalizada é culpada por sua situação, como nas antigas frases em que se diz “é pobre porque quer” ou “não trabalha porque não quer”. Culmando o marginalizado, colocando nele toda a responsabilidade de ter que se modificar e se adaptar a uma cultura que não lhe pertence, condena-se o indivíduo a permanecer na mesma situação já que, não tendo ele o mesmo acesso dos de outras classes à educação, à saúde, ao lazer, ele não domina e, portanto, não usufrui dessa cultura da qual querem que faça parte para se possa considerar a inclusão. É uma maneira de desmobilizar, de nada exigir e de ignorar a questão, já que, debitando-se a ele toda a culpa, justifica-se lhe atribuindo a responsabilidade de mudar a fim de se integrar, aliviando, dessa forma, a responsabilidade do governo e da sociedade.

A exclusão constitui-se, de certa maneira, como “evolução” e limite máximo de carências, as quais têm se acentuado historicamente, extrapolando as fronteiras dos bens tidos como materiais e ocasionando a privação das condições básicas para o exercício da cidadania (JUNCÁ, 1996, p. 108).

A incorporação da sociedade é um conceito analítico que aludi a forma como os elementos que condizem com cada um dos setores institucionais se agregam na estrutura geral de uma sociedade. A incorporação na sociedade é outra noção de que os sujeitos da sociedade se integram a ela por meio de sua inserção em cada um dos elementos que integram os diferentes setores sociais (QUIJANO apud SCHNEIDER, 1987, p. 30).

As palavras “pobres”, “marginalizados” e “excluídos” têm, aparentemente, o mesmo significado, segundo Martins (1997, p. 28). De acordo com o autor, a mudança de denominação de pobres para marginalizados e, posteriormente, para excluídos, poderia se explicar por novas percepções das realidades desses indivíduos, além de desmistificar a palavra pobre.

As mudanças de significados, acumulando velhos e novos sentidos, atribuindo outras qualificações a uma realidade com rótulos e estigmas, que diferenciam e desqualificam os indivíduos que dela fazem parte, tornam essa realidade mais estranha, incompleta e desnecessária sob a ótica de uma minoria dominante (JUNCÁ, 1996, p. 106).

As conceituações de pobreza costumam ser ligadas à baixa renda, em especial por economistas, tendo a visão marxista contribuído para esse conceito, já que nela a infra-estrutura econômica é tida como determinante. A partir dessa visão pontuaram-se as interpretações de pobreza política, revelando a exclusão política como cerne da pobreza, já que os excluídos são disfuncionais ao sistema. Na falta de oportunidade, o problema não é a fome, mas a falta de

cidadania que os impossibilita de serem sujeitos de sua própria história, de verem que a fome lhes é imposta (DEMO, 2002, p. 5).

Embora a atualização de termos e de seus respectivos novos significados possa colaborar para uma nova visão menos preconceituosa, está longe a solução que propicie a mudança destes conceitos, que se mostram mais amplos e abrangentes atingindo áreas sociais, culturais, econômicas e outras. A mudança de um termo pode facilitar uma possível mudança de conceitos. O exemplo do termo hanseníase, que veio substituir a palavra lepra, ilustra essa idéia; o pavor que a doença causa não diminuiu e, apesar de hoje os doentes não serem isolados, esse fato provavelmente deve-se mais à evolução da medicina e da tecnologia, que possibilitam a cura, do que a uma mudança na concepção da humanidade.

A definição de normalidade e marginalidade é cunhada não pelo comportamento das maiorias ou minorias, mas pelo das classes média e alta. Supondo que os critérios de normalidade fossem atados à dominância e não à classe, “o jogo do bicho no Brasil seria considerado normal, enquanto ir à ópera seria marginal o que obviamente, não ocorre” (PERLMAN, 2002, p. 125).

Com frequência, o que se observa na maior parte das pessoas de alta renda é a identificação preconceituosa entre o crime e a pobreza. Populações pobres são, muitas vezes, vistas como potencialmente perigosas e, embora no discurso aberto, essa conexão não seja normalmente admitida, as atitudes concretas para com os indivíduos pertencentes às camadas mais pobres demonstram claramente o caráter essencialmente dissimulador do discurso dos grupos de alta renda em relação aos pobres.

Espaços populares, como as favelas, são lembrados pela carência. São os lugares que não têm água, luz, esgoto; são o caos. Pensa-se então no morador da favela como criminoso potencial, dizendo-se dos moradores que participam de projetos de arte e esportes: “o jovem da favela pratica dança ou está na universidade, mas poderia estar no tráfico de drogas”. Em outras palavras, se o filho do rico faz dança está desenvolvendo seu pendor artístico; se o do pobre faz, quer apenas se livrar da violência. Existe uma visão paternalista que define o pobre como vítima passiva de uma ordem injusta. São idéias dos grupos dominantes que determinam os espaços populares de acordo com suas referências. A favela poderia ser descrita também por elevado grau de sociabilidade entre os moradores, acrescenta Silva, em reportagem da revista Educação (SILVA, 2003, p. 42).

(...) A marginalidade é, pois, caracterizada com relação à estrutura ocupacional. A própria estrutura econômica e social condiciona a existência de “ocupações” marginais. Nestes termos, pode-se considerar a marginalidade como resultado das tendências que assume o modo de produção de uma economia dependente e monopolista (SCHNEIDER, 1987, p. 23).

Profissões sem *status* são vistas como inferiores, mesmo que façam parte do mercado formal. Pedreiros, domésticas e lixeiros são, freqüentemente, utilizados como exemplos quando a referência são indivíduos que não estudaram, que não aproveitaram as oportunidades por preguiça, como quando um pai diz ao filho que se ele não estudar será lixeiro. As condições sociais que levaram esse indivíduo a não investir em uma carreira de maior *status* ou mais bem remunerada raramente são consideradas. Fatores como trabalho desde a infância, distância da escola, a crença de que pobre não tem chance e tantos outros, podem ser determinantes no futuro de alguém e razão para destituir a idéia do preguiçoso, que não progride porque não quer ou que pobre é bandido.

(...) A Pedagogia do oprimido, dos excluídos, dos tempos de barbárie não está em encontrar métodos novos para reeducar os bárbaros, civilizar os oprimidos ou incluir os excluídos nos valores e saberes dos “civilizados”, mas está em apreender com o conjunto de processos que os excluídos e oprimidos reinventam para continuar humanos, manter seus valores e seus saberes, sua cultura e memória coletiva, sua identidade e dignidade. Essa pedagogia só se aprende na escuta, no diálogo, no mergulho da trama social e cultural (ARROYO, 2001, p. 274).

A aceitação do outro, em vez de submetê-lo a mudanças que pretendam inseri-lo em uma realidade não compatível com suas necessidades, advém do entendimento, da reflexão e do respeito pelas diferenças, sejam raciais, religiosas, de classe, de cultura ou qualquer outra; portanto, só vem por meio do conhecimento, da compreensão, da rotina, das condições em que esse indivíduo vive, das oportunidades que teve e das influências que sofreu.

Há, hoje, muitos indivíduos formados exercendo cargos que não exigem e não remuneram sua qualificação, além de outros que, por não terem a especialização necessária à função pretendida, não podem ser contratados. Aqueles que não dominarem minimamente a informática, por exemplo, dificilmente terão boas chances no mercado de trabalho. Apesar de existir uma oferta considerável de vagas para especialistas, encontrar indivíduos que se encaixem no perfil desejado não é tarefa fácil, tal a exigência do mercado para determinados cargos; portanto, não basta ser especializado; é preciso ter o perfil desejado e a especialização necessária ao cargo, o que restringe bastante as opções de emprego, forçando muitos a se submeterem a trabalhos inferiores à sua qualificação. Por outro lado, há muitos tentando entrar no mercado e não conseguindo por falta de qualificação, por não dominarem as inovações tecnológicas. Como exemplo, um torneiro mecânico hoje precisa saber manusear um torno CNC<sup>109</sup> ou ficará excluído de sua função na indústria.

(...) Seja a migração, o crescimento natural ou a supermecanização a causa principal da hiperurbanização, o fato é que o fenômeno constitui um dos

---

<sup>109</sup> Comando numérico computadorizado (tipo de equipamento, comum em indústrias metalúrgicas atuais, que assume a função dos antigos tornos mecânicos, porém, com variados recursos eletrônicos e computacionais).

principais desafios dos nossos tempos para os planejadores. Macrossoluções são necessárias a longo prazo, é óbvio, mas a curto prazo os próprios atingidos pelo problema improvisam soluções. Em termos de renda, muitas ocupações remuneradas sustentam famílias inteiras, ainda que não sejam reconhecidas formalmente como empregos. Por outro lado, o desemprego, ainda que elevado, em geral não dura muito para os residentes em cidades, sendo em parte compensado com biscates, freqüentemente. Uma mesma família é muitas vezes sustentada por vários de seus membros (PERLMAN, 2002, p. 33).

### **As idéias da classe média sobre os catadores**

A idéia que a classe média intelectualizada revelou nas entrevistas, de que só vivem na exclusão pessoas que não freqüentaram a escola, colocando, assim, essa como garantia de inserção no mercado de trabalho e na sociedade, mostrou-se infundada, já que foi constatada que a perda de emprego, o vício e problemas nas relações familiares podem levar uma pessoa à situação de exclusão.

“Os indivíduos elegerão as idéias que estão afinadas aos seus interesses” (GIORGETTI, 2004, p. 48). As pessoas mesmo com informação e capacidade de realizar uma análise das situações com as quais são confrontadas, tendem a compreender e a enxergar com maior coerência as idéias que já têm concebidas e enraizadas.

Quando se confronta o discurso no qual a classe média intelectualizada afirma não ter conceitos negativos, com as informações obtidas nas entrevistas com os catadores e moradores de rua, ficam evidentes as incoerências entre o que dizem e o que fazem, ou seja, as idéias não correspondem às atitudes. As entrevistas deixaram transparecer o constrangimento das pessoas em admitir o preconceito; com raras exceções os entrevistados tentavam transmitir uma idéia de ausência de conceitos prévios negativos, que eram desmentidos quando cometiam pequenos deslizes durante as entrevistas ou nas conversas que invariavelmente se seguiam a elas devido à curiosidade criada em torno do tema.

(...) Sentiria um pouco de medo, porque eu não sei como eles me tratariam, se me abordassem, se estão ali no canto, é horrível falar isso, mas é verdade, se estão no canto deles tudo bem, mas começa a vir pro meu lado e conversar... (psicóloga, trabalha em escola).

Apesar de a classe média negar o medo, é comum se encontrarem, nos relatos dos catadores, referências a pessoas atravessando a rua, vigiando-os enquanto passam, numa clara atitude de desconfiança. Após algumas entrevistas, para provocar reações que poderiam mostrar alguma incoerência no discurso, relatava aos mesmos como foi estabelecido contato com os catadores e moradores de rua e como foram realizadas as entrevistas, além das idas ao sopão. A reação de espanto e os constantes alertas sobre o perigo que eu estaria correndo comprovaram

que, apesar do discurso compreensivo e solidário, o preconceito, o medo e a imagem negativa eram o que realmente existia nessas pessoas.

Alguns catadores e moradores de rua conseguem estabelecer vínculos com moradores e comerciantes dos bairros, sendo sempre ajudado por estes, que separam exclusivamente para aqueles o lixo reciclável, criando, assim, um vínculo de confiança e fazendo o que chamamos de boa ação.

Essa necessidade de executar tarefas que tragam a sensação de missão cumprida, de atuação ao invés de passividade diante dos problemas sociais, ajuda indubitavelmente os excluídos, mas não traz uma real consciência dos problemas por eles vividos. Em conversas informais, alguns voluntários do sopão mostraram não saber sequer se existia a real necessidade da comida que entregavam, das roupas que doavam ou do passado dos indivíduos com quem se preocupavam, demonstrando, assim, não saberem quais os fatores que poderiam tê-los levado àquela situação ou se existia alguma maneira de modificá-la.

Outra afirmação, comum na classe média, é a que confirma a idéia de que a escolarização garante emprego. Comentários em entrevistas ou em conversas informais confirmam essa crença, quando dizem achar que os catadores são pessoas que não tiveram oportunidade de estudar ou não souberam aproveitá-la, quando na realidade eles têm a mesma escolaridade da média brasileira e alguns até graduação. Dos entrevistados apenas um não sabia ler, apesar de ter cursado até a segunda série do ensino fundamental.

(...) A aí eu acho difícil quem estudou ser catador. Tem muito recurso pra pessoa tentar fazer trabalho assim autônomo mesmo, vender algum produto, não fácil, mas também não acho que chegar a este ponto assim vejo todo dia pessoas empurrando carrocinha, eu já vi são pessoas que talvez não tenham uma estrutura familiar que ajude, e não são pessoas tão novas, mas já de um pouco de idade, é mais triste a pessoa já devia estar aposentada. (Vitor, subgerente de ótica).

Apesar de 80% não estudarem, apenas 15% não são alfabetizados. Portanto, têm a mesma média de escolaridade brasileira – quatro anos e meio. (Isto é, 20 nov. 2002)

### **A escola na vida dos catadores e moradores de rua**

Os menos qualificados, de acordo com o ponto de vista da escolarização, têm grandes chances de viver a exclusão social. O maior número de diplomas faz crescer a exclusão escolar dos sem-diploma, que encontram a exclusão decorrente da crise do emprego. A triagem escolar leva os alunos mais fracos para caminhos menos qualificados, elevando a chance de desemprego. Por outro lado, os diplomas de uma trajetória mais longa proporcionam uma “proteção relativa” (DUBET, 2003, p. 35).

As falas em geral se referiam às idas à escola como chatas, como obrigatórias, mostrando a inadequação desses indivíduos ao sistema de ensino, e a do ensino em relação a estes, além da falta de preparo de professores que, originários de outras classes, não utilizam a mesma linguagem e não compartilham dos mesmos códigos de conduta.

(...) Só ia na escola pa cume, a verdade memo era só pa cume, porque fome nós passamo de monte, quando era pequeno, aí ia na escola só pa cume só. Pra... pra...Sinsitivo (estímulo) de estudo memo a gente não ia mais pra cume só. Enchê a barriga e acabou. (Rogério).

Grande parte dos catadores de lixo conheceu a escassez de possibilidades cedo. Com a necessidade de ajudar no sustento da família, começaram a trabalhar em áreas rurais com aproximadamente dez anos, auxiliando os pais, cuidando de gado, tirando leite ou exercendo atividades de plantio e capina. Com uma trajetória que passa por trabalho doméstico, biscates, construção civil e termina com o ingresso no lixo, vários destes indivíduos vêm o trabalho da catação como uma possibilidade de continuar “digno e honesto” (JUNCÁ, 1996, p. 110).

(...) Olha, eu estudei muito poco, até o 4o. Ano primário. Naquela época num tinha condição de estudá mais não, tinha é que trabalhá, vendê as coisa que minha mãe me dava prá vendê, num tinha mais tempo de estudá. Era mandioca e otras coisa. Ela fazia e nós vendia, nós tinha muito e ela num dava mole prá nós, não, e eu agradeço ela por isso. E também minha cabeça num era muito boa prá estudá. Eu num sô muito contrariado com isso, eu aprendi a trabalhá com um monte de coisa, só com esse pôco estudo, e num diantô nada. Eu sô operador de máquina escavadeira. Num consigo mais trabalho. Eu tenho poco estudo,mais eu sô um cara que tem uma compreensão boa, mais hoje num dianta nada, num arrumo nada. (Carlos Roberto).

Numa conversa com um pai de crianças trabalhadoras, ele as chamou de burras, e afirmou que já que não conseguiam aprender, não servindo então para estudar, deveriam trabalhar mesmo. (CASTILHO; TORREZAN, fev. 2005, p.42)

(...) Eximindo-se de oferecer a todos explicitamente o que exige de todos implicitamente, quer exigir de todos uniformemente que tenham o que não lhes foi dado, a saber, sobretudo a competência lingüística e cultural e a relação de intimidade com a cultura e com a linguagem, instrumentos que somente a educação familiar pode produzir quando transmite a cultura dominante (BOURDIEU, 2001, p. 307).

Vista como o local que por excelência efetua o aprendizado das relações sociais, a escola na organização do espaço, na economia do tempo, no controle disciplinar e na correta disciplina como a arte do bom adestramento. Aceitando que a organização da escola e da oficina tem determinado isomorfismo, a escola atuaria na adaptação da pessoa à estrutura social da empresa. Nessa visão a escola faz o papel de um pequeno mundo onde são aprendidos os papéis ocupacionais adultos. Em outras palavras, a prática das relações sociais de produção se dá na



experiência das relações sociais da educação, nas práticas escolares (ARROYO apud FERRETI, JÚNIOR, OLIVEIRA, 1999, p. 15).

(...) É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural (BOURDIEU, 2003, p. 41).

A escola, apesar de pregar discurso inclusivo, não inclui, não trabalha procurando possibilitar ao aluno, desprovido de capital cultural e capital econômico, tornar-se apto a participar plenamente da sociedade em qualquer atividade que deseje. Embora acreditem estar contribuindo para sua formação, possibilitando, assim, a ascensão social dos estudantes, não o fazem. Ao contrário, os profissionais da educação atuam inconscientemente na exclusão dos alunos carentes de capital cultural quando são alusivos, quando não percebem que, muitas vezes, o aluno não acompanha por falta de preparo e não por preguiça, que a realidade escolar não tem quase nenhuma relação com a realidade vivida pelo indivíduo, fazendo, assim, com que o mesmo não se interesse, já que não consegue se inserir na escola.

(...) as disposições negativas no tocante à escola levam a maioria das crianças de classes e frações desfavorecidas culturalmente à auto-eliminação, como por exemplo, a depreciação de sei mesmo, a desvalorização da escola e de suas sanções ou a resignação ao fracasso e à exclusão, devem ser compreendidas em termos de uma antecipação fundada na estimativa inconsciente das probabilidades objetivas de êxito viáveis para o conjunto da categoria social, sanções que a escola reserva objetivamente às classes ou frações de classes desprovidas de capital cultural (BOURDIEU, 2001, p. 310).

Repeti várias vezes, de vez em quando eu assistia aula. Eu ficava injuriado com uma professora que explicava e se eu num entendia ela falava que já tinha explicado e eu num entendi porque num quis. Aí eu ficava na porta do bar assistindo televisão. E lá em Valadares eu num aprendia nada, não, fazia o mobral lá. Eu nunca dei muito certo com essa história de estudo, tenho a cabeça fraca.(Baixinho).

Os indivíduos não vão além do que acreditam poder ir, consequência da desvinculação das aspirações e do contexto social criado pela escola. Bourdieu analisa essa questão quando coloca que os indivíduos não conseguiram nada mais do que haviam esperado. São vítimas da ideologia que a escola produz ao desvincular as disposições a seu respeito, como esperança e aspirações, das condições sociais destes indivíduos, além das leis do mercado escolar, que definem os anseios determinando o grau em que podem ser satisfeitas.

## Considerações finais

Os catadores de lixo e os moradores de rua entrevistados tinham instrução formal correspondente à média brasileira e, em alguns casos, superior. Com profissões como ajudante de obras, pedreiro, pintor, doméstica, artesão, garçom, pizzaiolo e pespontador, em algum momento fizeram parte do mercado formal, ao qual gostariam de retornar.

Alguns entrevistados dispunham de conhecimento relativo a atividades profissionais que lhes permitiram exercer três ou mais profissões. Outros apresentavam problemas de saúde, cujas causas eram, por vezes, decorrentes de trabalhos exercidos quando jovens. Hoje, com idade avançada e saúde abalada, não encontram ocupação, já que não atendem mais às exigências do mercado.

Mesmo em condições de exclusão, os entrevistados, em sua grande maioria, mostraram ter valores e moral correspondentes às dos indivíduos socialmente inseridos. Não justificaram em nenhum momento atividades criminosas devido à condição em que vivem ou à falta dessa, demonstrando claramente que a fala do senso comum em que se diz “rouba para comer” não corresponde, já que preferem passar fome a cometer algum ato ilícito que lhes tire a pouca dignidade que ressa.

(...) Lá tamém. Às vez um irmão vem, mais eu quero que Deus me abençoa, me arruma um emprego pra mim, uma casinha; eu num gosto de ficá dependeno dos outro. Eu acho que num é justo, né? Ficá dependeno. Eu quero tê o meu serviço, ter um quartinho pra mim, pra eu fazê minhas coisa. O pessoal fala preu casá, quem sabe eu num mudo de vida. Eu, casá, pra minha muié passá fome? Eu prefiro ficá sozinho, eu memo passano fome. O dia que eu tivé um emprego, com dinherinho no bolso, aí sim. (Paulo).

Com a visibilidade dos moradores de rua crescendo devido ao aumento numérico de seus indivíduos, mudanças ocorrem no sistema de pensamento das sociedades. Variadas representações são elaboradas em consequência deste novo personagem urbano que se instalou nos grandes centros de todo o mundo, Giorgetti (2004) afirma que essas mudanças afetam a população “provocando medo e a perda de referências”. Essa percepção é reforçada quando Moscovici assegura que “a tensão com o não-familiar tem o mérito de impedir que a habituação mental domine completamente” (MOSCOVICI apud GIORGETTI, 2004).

A crença na escola como meio de inserção no mercado, como forma de “melhorar de vida”, de mudar de classe social, de obter, por meio de um emprego, mais dinheiro do que seus pais ganhavam, existe apenas nas classes mais elevadas, apesar de os mais pobres sempre se referirem à vontade que têm de que seus filhos estudem para ter “um futuro melhor”. Quando questionados se acham que se tivessem estudado estariam melhores, a resposta é geralmente negativa, indicando que, na realidade, apesar de esperarem que seus filhos sejam a exceção,

acreditam que, na grande maioria das vezes, a escola não pode mudar muito e nem radicalmente o futuro de seus filhos, e que a tendência é mesmo manter o padrão de sua origem. E, quando acham que o estudo os ajudaria, pensam em profissões como caminhoneiro.

A escolarização, hoje, possibilita ao filho da classe média dar continuidade à posição de sua família, manter-se na classe social a que pertence ou ascender com mais facilidade a classes mais elevadas, pois dispõem de capital cultural e estudo formal que lhes permitem galgar postos de trabalho e travar conhecimentos que colaborem com essa subida social. Para os que não têm capital cultural, por fazerem parte de famílias pobres, o caminho é certamente mais árduo e atravessado por um número maior de obstáculos para essas famílias; a mudança de classe social é difícil e acontece com pouca frequência.

Catadores de lixo trabalham, mas não têm profissão. Estando sem legalização, sem apoio algum, não têm força para reivindicar preços justos ou sequer para contestar o ferro velho que adultera a balança. É uma situação na qual, além do trabalho pesado, do frio, da chuva e da constante exposição ao sol, esses indivíduos precisam se submeter à desonestidade de intermediários conscientes disso, ou seja, é mais uma situação de injustiça e humilhação pela qual precisam passar.

A compreensão, ainda que superficial do processo de reciclagem, de seus aspectos econômicos, sociais, ambientais e de seus agentes, é necessária para que se possa educar a população. Dessa maneira a reciclagem, seus processos e seus agentes poderão ser reconhecidos.

A educação tem importante papel como processo no qual a construção da cidadania e a conscientização dos problemas são trabalhados, podendo, portanto, atuar de forma a abranger aspectos como os atores que atuam na reciclagem.

## **Referências bibliográficas**

ARROYO, M. Educação em tempos de exclusão. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001.

BOURDIEU, P. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

\_\_\_\_\_. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CALDERONI, S. *Os bilhões perdidos no lixo*. São Paulo: Humanitas, 2003.

CAVALCANTI, C. Meio ambiente: Celso Furtado e o desenvolvimento como falácia. *Ambient. soc.*, v. 5, n. 2, p. 73-84, 2003. ISSN: 1414-753X

CASTILHO, A. L.; TORREZAN, J. Infância interrompida. *Revista Educação*, n. 94, fev. 2005.

DEMO, Pedro. *O charme da exclusão social*. Campinas: Autores Associados, 2002.

- DIAS, A. R. *Condições de vida, trajetórias e modos de “essar” e “ser” catador*: estudo de trabalhadores que exercem atividade de coleta e venda de materiais recicláveis na cidade de Curitiba (PR). 2002. 105 p. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Psicologia Social e do Trabalho. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- DUBET, F. A escola e a exclusão. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 119, jul. 2003.
- DUPAS, G. *Economia global e exclusão social*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DURHAN, E. R. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FERRETTI, C. J.; JÚNIOR, J. R. S.; OLIVEIRA, M. R. S. *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?* São Paulo: Xamã, 1999.
- GIORGETTI, C. *Entre o higienismo e a cidadania*. 2004. 478 p. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo; Institut d’Études Politiques de Paris, Paris.
- HANNIGAN, J. A. *Sociologia ambiental*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: UNICAMP, 1992.
- JESUS, C. M. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2001.
- JUNCÁ, D. C. M. Ilhas de exclusão: o cotidiano dos catadores de lixo de Campos. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 17, 1996.
- KOWARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- MARTINS, J. S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- MIRANDA, R. No mundo da rua. *Isto É*. São Paulo, 20 nov. 2002.
- PERLMAN, E. J. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- SANTOS, R. B. *Migração no Brasil*. São Paulo: Scipione, 1997.
- SCHNEIDER, L. *Marginalidade e delinqüência juvenil*. São Paulo: Cortez, 1987.
- SILVA, J. S. *Revista Educação*, v. 8, n. 80, dez. 2003.

**Abstract:** The quotidian and reality of trash scavengers (catadores) and homeless are not much notorious for educators. The majority of these has a restricted vision of the situation. This research brings to the light the day by day routine of trash scavengers and homeless in order to give to educators a broad vision about the research subject, helping them to work better themes as prejudice, exclusion, recycling and others regarding the subjects’ lives. Accomplished at Vale do Paraíba, this research has focused on formal education, employment issues, day by day scavenging, relationship with the police, illegal activities, relationship with the community and family. It was found out the idea that they have about themselves and their perception about what others think about them. It was also verified what middle class knows about scavengers and homeless.

**Keywords:** Trash scavengers. Social exclusion. Homeless.